ROBERTO ISSAO NARIYOSHI

**REPERCUSSÃO GERAL REQUISITO DE
ADMISSIBILIDADE DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO: SÃO PAULO - SP
JABOTICABAL – SP
2013**

ROBERTO ISSAO NARIYOSHI

**REPERCUSSÃO GERAL REQUISITO DE
ADMISSIBILIDADE DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual do Trabalho.

Orientador: Prof. Esp. Waldomiro Camilotti Neto.

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO: SÃO PAULO – SP
JABOTICABAL – SP**

2013

Dedico

À minha família e, em especial à minha filha Viviane, e ao meu neto, Matheus, uma homenagem como recompensa pela execução deste trabalho diante da grandeza de suas pessoas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria, pela força e pela coragem que me concedeu, permanecendo ao meu lado em todo o percurso desta caminhada.

Ao Professor Waldomiro Camilotti Neto, pelo conhecimento, paciência, dedicação e orientação.

A todos os demais professores da Faculdade de Educação São Luís que, durante os estudos, trouxeram sua preciosa colaboração.

O domínio de uma profissão não exclui o seu aperfeiçoamento. Ao contrário será mestre quem continuar aprendendo, (Pierre Furter, apud BRANDÃO, 1993. pag.82)

RESUMO

O enfoque deste trabalho é o estudo do filtro admissional do recurso extraordinário, com o intuito de solucionar a crise do Poder Judiciário pela crescente demanda de recursos. Introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, foi regulamentado pela Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, que inseriu o mecanismo no Código de Processo Civil através dos artigos 543-A e 543-B. A Repercussão Geral consiste em um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, o que significa que o recurso não será admitido se a questão constitucional nele versada, apresentar interesse somente às partes envolvidas. A questão constitucional ventilada no recurso deve apresentar situações relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, e só o próprio STF pode recusar o recurso extraordinário por ausência do requisito. Este trabalho visa analisar o desenvolvimento do recurso extraordinário face às normas e práticas do Supremo Tribunal Federal com relação ao instituto da repercussão geral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO	9
1.1 - A Crise do Poder Judiciário.....	9
1.2 – A Emenda Constitucional 45/2004	10
2. A REPERCUSSÃO GERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	12
2.1 – Do recurso extraordinário	12
2.1.1 - Do prequestionamento do recurso extraordinário	13
2.2 – Da repercussão geral	15
2.2.1 - Natureza jurídica da repercussão geral	16
2.2.2 - A repercussão geral no código de Processo Civil vigente	17
2.2.1 - Da irrecorribilidade da decisão do STF que não admite o recurso extraordinário por ausência de repercussão geral	19
2.2.2 - Da possibilidade de manifestação de terceiros na análise da repercussão geral	19
2.2.3 - Do sobrestamento	20
2.2.4 - Do exame da repercussão geral	20
2.2.5 - Possíveis críticas da repercussão geral.....	22
CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Visando solucionar a crescente demanda processual no Poder Judiciário, o advento da Emenda Constitucional nº 45 incluiu dentre outras medidas, com o intuito de tornar mais efetiva a prestação jurisdicional, a exigência do requisito de repercussão geral como pressuposto de admissibilidade dos recursos extraordinários, regulamentada mediante alterações no Código de Processo Civil e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

A implementação desse instituto acarretou uma revolução na forma de prestação jurisdicional, vez que possibilitou à Suprema Corte selecionar os casos que julgará, por meio do reconhecimento, ou não, da relevância econômica, social, política ou jurídica na tese recursal dos recursos extravagantes interpostos.

A presente monografia analisa o Instituto da Repercussão Geral, sistema de filtragem de recursos em nosso ordenamento jurídico, como requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário e os impactos causados na jurisdição constitucional brasileira.

1 A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário brasileiro vivencia um importante momento. Embora tenha sido concebido sob a óptica de uma estrutura pouco eficiente para o atendimento dos reclamos da sociedade moderna, em razão da necessidade de ampliação do devido acesso à Justiça, tem ocorrido mudanças no sentido de apresentar melhorias.

O Ministério da Justiça, através da Fundação Getulio Vargas – SP, elaborou e publicou em agosto de 2004 o “Diagnóstico do Judiciário”, apontando a baixa produtividade e a pouca eficiência desse Poder.

Para solucionar tais problemas, aprovou-se a chamada Reforma do Judiciário, iniciada com a PEC nº 96/1992, depois com PEC nº 29/2000, resultando na E. C. nº 45/2004.

A emenda constitucional nº 45¹ promulgada em 08 de dezembro de 2004, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, trouxe uma séria de modificações de diretrizes que tiveram como escopo resolver algumas mazelas² no âmbito do Poder Judiciário.

Haviam dois pensamentos: um na qual, tal reforma iria resolver de imediato a crise do Poder Judiciário e o outro que seria indispensável uma outra reforma, a das leis processuais, determinação que já constava no art. 7º da referida Emenda:

Art. 7. O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm

² mazelas, significado doença de todas as espécies, feridas, chagas, aquilo que aflige ou apoquenta. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1. ed. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1975, p. 902.

Tal Emenda aborda, em breve síntese, as modificações estruturais que afetaram a composição dos tribunais judiciais, as regras direcionadas aos membros da magistratura, a criação do Conselho Nacional de Justiça, a repercussão geral como requisito de admissibilidade de Recursos para as instâncias superiores, dentre outros.

Trataremos, a seguir, das razões que acarretaram a mencionada reforma, em especial na crise do Poder Judiciário e a Emenda Constitucional nº 45 de 08/12/2004.

1.1 A crise do Poder Judiciário

De acordo com matéria veiculada no jornal DCI³ de 05/05/2008, de autoria do advogado Luiz Flávio Borges D'urso, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, São Paulo, de cada dez processos nas prateleiras do Judiciário, apenas três são julgados no período de um ano. Isto significa que a taxa de congestionamento da Justiça em todas as áreas é de aproximadamente 70% (setenta por cento).

Cerca de quarenta e três milhões de processos aguardam julgamento pela Justiça de nosso país, demonstrando, desta maneira, a gravidade da crise a que está submetido o Poder Judiciário no Brasil.

Dentre as soluções adotadas para a solução deste problema, houve a promulgação da emenda constitucional nº 45/2004, que será melhor analisada, a seguir.

1.2 A Emenda Constitucional 45/2004

A estrutura do Poder Judiciário sofre uma série de alterações promovida pela Emenda Constitucional nº 45, que altera dispositivos dos artigos 5º, 36, 52, 92, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Carta Magna Brasileira, acrescenta os artigos 103-A, 103-B, 111-A e 130-A e dá outras providências. Referida reforma tramitou por quase 13 anos no Congresso Nacional.

³ Matéria publicada no jornal DCI em 05/05/2008 consultada no site eletrônico http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2008/113/?portal_status_message=Mail%20sent.

A parte restante da proposta já aprovada pelo Senado Federal e que resultou na EC 45/04, foi renumerada como proposta de emenda à Constituição nº 29-A de 2000⁴, e ainda deverá ser apreciada pela Câmara dos Deputados, para entrar em vigor, alterando, destarte, mais uma vez, a CF/88.

Analisaremos a seguir a principal inovação constitucional, já promulgada e objeto da EC 45/04 que teve como escopo, melhorar a prestação jurisdicional.

⁴ http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=44577

2 A REPERCUSSÃO GERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

2.1 Do recurso extraordinário

O recurso extraordinário é de origem constitucional e tem como finalidade manter a autoridade e a unidade da Constituição Federal, trata-se de um recurso para pleitear a cassação ou reforma da decisão recorrida, não se pode alegar qualquer vício, somente questões de direito constitucional podem ser suscitadas. Ao Supremo Tribunal, examinando o recurso, não é dado rever a solução dada pelo órgão recorrido a questões de fato, embora lhe seja lícito revisar a qualificação jurídica dada ao fato.

Os requisitos constitucionais de admissibilidade do recurso extraordinário estão enunciados no art. 102, III, da Constituição Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Além dos requisitos de admissibilidade mencionados acima, há um, certamente o mais polêmico do recurso extraordinário, denominado prequestionamento.

2.1.1 Do prequestionamento do recurso extraordinário

A necessidade da existência de tal filtro para o cabimento do Recurso Extraordinário tem fundamento constitucional, contido na expressão “causas decididas” do inciso III do art. 102 da CF, pois a questão constitucional não pode ser suscitada pela primeira vez no próprio recurso, o apelo extremo só será admitido se já tiver sido objeto de apreciação pelo órgão recorrido.

Caso a decisão recorrida não tenha enfrentado a questão constitucional, haverá, obrigatoriamente, a necessidade de interposição de embargos declaratórios para que o órgão *a quo* se manifeste sobre ela.

Ressaltando a importância do prequestionamento, a súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal, estabelece que é inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Assis⁵, oportunamente, esclarece:

Na leitura do verbete, e principalmente da sua cláusula final (“questão federal suscitada”), é preciso ter em mente a concepção dominante do Supremo Tribunal Federal. De acordo com os respectivos precedentes, mostra-se insuficiente constar no julgado recorrido a questão federal, e, “a fortiori”, sua inovadora alegação no recurso extraordinário, exigindo-se que se cuide de “questão federal suscitada” por iniciativa das partes. Este requisito envolve o efeito devolutivo dos recursos julgados nas chamadas Instâncias Ordinárias. A regra é a do “*tantum devolutum quantum appellatum*” (art. 515, caput, do CPC). Por conseguinte, só a questão devolvida, e, por tal motivo, resolvida no julgado recorrido, ensejará a transgressão ao direito federal ou à Constituição.

A súmula nº 356 confirma a posição dominante do Supremo Tribunal Federal, esclarecendo que o ponto omissis da decisão sobre a qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento. O Superior Tribunal de Justiça fortalece o entendimento da necessidade de embargos declaratórios para prequestionamento, através da Súmula nº 98, que enfatiza que os embargos declaratórios manifestados com o notório propósito de prequestionamento, não tem caráter protelatório.

No entendimento do doutrinador Grego Filho⁶, basta que a questão federal tenha sido suscitada na decisão recorrida. Desde que exposta à discussão, ainda

⁵ ASSIS, A. Prequestionamento e embargos declaratórios. Revista Jurídica, nº 228, p. 11, 2001.

⁶ GREGO FILHO, V. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002 apud CONCENTINO, Luciana de Castro. A Nova sistemática do recurso extraordinário, Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 11, nº 61 set/out 2009. São Paulo: IOB Thomson, 2009 p. 119/120.

que exista decisão sobre a matéria, haverá prequestionamento. Para ele, a admissibilidade do recurso estará condicionada ao prequestionamento, mas há duas exceções:

Somente em duas situações dispensa-se o prequestionamento: no caso de o fundamento novo aparecer exclusivamente no próprio acórdão recorrido, como, por exemplo, se o acórdão julga extra ou ultra petita sem que esse fato tenha ocorrido na sentença; e se, a despeito da interposição dos embargos de declaração, o Tribunal se recusa a examinar a questão colocada.

O tema prequestionamento tem gerado polêmicas, para Mancuso⁷, um abrandamento quanto à exigência do prequestionamento da matéria devolvida ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, bastando cogitar-se, ventilar-se, sobre o tema constitucional ou federal para que seja considerado prequestionado. Aliás, Mancuso⁸ entende que as questões de ordem pública, como, por exemplo, as condições de ação ou os pressupostos processuais, por serem insuscetíveis de preclusão e serem suscetíveis a qualquer tempo e grau de jurisdição e reconhecidas *ex officio*, tem como inexigível, o quesito de prequestionamento.

O prequestionamento é um dos pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário e, a despeito da relevante controvérsia que se instalou nos tribunais e na doutrina, o que importa é que haja decisão no pronunciamento do órgão *a quo*, pois se não houver, passar-se-á à posição do Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário ou à posição do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial.

Expondo a sua opinião, Rosa Martinez⁹ resume:

Na realidade, mostra-se descabida a discussão que circunda o prequestionamento quanto ser ou não requisito de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial. O que importa é que haja decisão no pronunciamento recorrido sobre as questões federais e constitucionais, caracterizando respectivamente o disposto no art. 102, III, e art. 105, III, da Constituição Federal. Os pressupostos de admissibilidade desses recursos estão postos na Constituição. Por via de consequência, não podem a lei infraconstitucional, a doutrina e a jurisprudência – ainda que dos Tribunais Superiores – muito menos ainda uma disposição sumular colocar outros óbices que não os já previstos na Constituição Federal.

⁷ MANCUSO, R.C. Recurso extraordinário e recurso especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006 apud CONCENTINO, Luciana de Castro. A Nova sistemática do recurso extraordinário, Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 11, n° 61 set/out 2009. São Paulo: IOB Thomson, 2009 p. 120.

⁸ Ibid., mesma página

⁹ ROSA MARTINEZ, M.C. Prequestionamento e embargos declaratórios. Revista Jurídica, n° 347, p. 68, 2006.

2.2 Da repercussão geral

A Emenda Constitucional nº45/2004 inseriu na Constituição Federal como requisito para admissibilidade do recurso extraordinário, a demonstração da repercussão geral, que assim dispõe no seu § 3º do art. 102:

No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

A repercussão geral inserida em nosso ordenamento jurídico, foi inspirada na “arguição de relevância da questão federal”, que foi criada pela Emenda Regimental nº 3/75, sendo posteriormente inserida na Carta Magna de 1967/1969, por meio de Emenda Constitucional nº 7/77, como condição para a apreciação do recurso extraordinário.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, no § 1º, do artigo 327, diz que arguição de relevância federal, é aquela que: “... pelos reflexos na ordem jurídica, e considerados os aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa, exigir à apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal.”

Nos vários anos em que foi utilizado, esse instrumento sofreu várias críticas, a maioria delas em razão do poder discricionário dado ao Supremo Tribunal Federal para decidir o que seria relevante, inclusive por conta da falta de transparência e legitimidade do julgamento secreto pelo conselho do STF, sem conceder acesso ao público e sem acórdãos fundamentados.

A repercussão geral também foi inspirada em outros institutos existentes em diversas Cortes Constitucionais, como por exemplo a Suprema Corte Norte-Americana (*writ of certiorari*), se o caso a ser apreciado for admitido, “ *a Suprema Corte emite um writ of certiorari (carta requisitória), ordenando que o tribunal inferior reúna os autos de um processo e os envie a ela para revisão*”¹⁰, Suprema Corte Argentina (requisito da transcendência), Tribunal Constitucional Espanhol (juízo de relevância), Suprema Corte Alemã (importância fundamental da causa), entre outros, que analisam apenas as causas de maior relevância.

¹⁰ MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 21. Ed. Atual até a EC nº 53/06. São Paulo: Atlas, 2007, p. 539

Com a promulgação da Constituição de 1988, não houve repetição dos termos utilizados nas cartas anteriores, no que diz respeito a competência do Supremo Tribunal Federal, que atribuía à Corte, a missão de estabelecer mecanismo de filtragem de processos, para impedir que terminassem tendo acesso ao Supremo Tribunal, por meio de recursos.

Em face desta ausência, concluiu-se naquele momento, que não subsistiam as normas limitativas constantes do Regimento Interno daquele Tribunal, fato este que agravou os julgamentos, em face do grande número de recursos que eram interpostos, situação esta somente alterada com a Emenda Constitucional 45/2004.

2.2.1 Natureza jurídica da repercussão geral

Para Nelson Rodrigues Netto, a repercussão geral é “um requisito intrínseco de admissibilidade recursal” (...) não podendo “ser considerado como uma outra espécie recursal ou qualquer outro tipo de instituto”¹¹. Já está pacificado na doutrina e na jurisprudência que a repercussão geral não é recurso, mas sim, requisito preliminar de admissibilidade do recurso Extraordinário que denota a relevância jurídica, social, política e econômica da questão constitucional.

A exemplo disso, Sérgio Bermudes dissertou que:

o 3º do art. 102 criou mais um pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário: a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, cabendo à lei estruturar o modo de demonstração desse requisito.¹²

Afirma, ainda, Nelson Rodrigues Netto que:

a repercussão geral da questão constitucional é uma hipótese qualificada de cabimento do recurso extraordinário por três razões: 1ª) Trata-se de hipótese complementar em relação às demais capituladas no art. 102, III, da CF; 2ª) foi empregada técnica legislativa diferenciada para sua descrição, mediante o uso de conceito vago ou indeterminado; 3ª) a competência para

¹¹ RODRIGUES NETTO, Nelson. A Aplicação da Repercussão Geral da Questão Constitucional no Recurso Extraordinário consoante a Lei nº 11.418/06. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, nº 49, p.112, abr. 2007.

¹² BERMUDES, Sergio. A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45, Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 56.

declarar a ausência da repercussão geral é exclusiva do STF, mediante quorum qualificado de dois terços de seus membros.¹³

A repercussão geral é como um filtro, que restringe o cabimento do Recurso Extraordinário, não sendo admitido este, caso a violação seja individualizada e sem relevância para a sociedade como um todo.

Afirma Hugo de Brito Machado¹⁴, que a repercussão geral não é mais uma hipótese de cabimento do Recurso Extraordinário, mas requisito de admissibilidade, que subsiste com os demais requisitos legais dos recursos em geral imprescindíveis e não com os relacionados apenas ao formalismo procedimental.

Sendo assim, a repercussão geral é um requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário, um pressuposto recursal que não existe de forma autônoma e que tem um fim de diminuir o número de questões a serem decididas pelo STF, tornando-se, portanto, verdadeiramente efetiva, a tutela jurisdicional. Não atendido esse pressuposto, não poderá o STF apreciar a violação à Carta Magna posta a seu exame.

2.2.2 A repercussão geral no código de Processo Civil vigente

Introduzida através da Emenda Constitucional n° 45/2004, a repercussão geral para conhecimento do recurso extraordinário, a matéria deveria ser regulamentada pela legislação processual, na qual ainda existia uma lacuna neste ponto.

Como a questão não estava completamente resolvida, tendo em vista que ainda faltava incluí-la no sistema processual vigente, esta lacuna somente foi resolvida no ano de 2006, com a promulgação da Lei 11.418, a qual incluiu no Código de Processo Civil, dentre outras alterações, os arts. 543-A e 543-B.

Com a introdução dos referidos artigos ao Código de Processo Civil, a matéria atinente à repercussão geral ficou bem delineada, ou seja, tem-se condições de saber-se o que é a repercussão geral, quais os seus efeitos e conseqüências em face do recurso extraordinário a ser interposto, bem como daqueles já interpostos,

¹³ RODRIGUES NETTO, Nelson. A Aplicação da Repercussão Geral da Questão Constitucional no Recurso Extraordinário consoante a Lei n° 11.418/06. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, n° 49, p.112, abr. 2007.

¹⁴ MACHADO, Hugo de Brito, Conhecimento do Recurso Extraordinário – Repercussão Geral das Questões Constitucionais. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, n° 34, p.45, jan.2006.

mesmo que para alguns, ainda possam existir dúvidas ou obscuridades em face do tema.

A repercussão geral é conceito aberto, subjetivo e impreciso, por esse motivo a Constituição Federal delegou à lei ordinária, a tarefa de dar-lhe uma definição. A lei entende que por repercussão geral, se considere as questões que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, por envolver discussões que vão além do direito individual ou pessoal das partes que litigam o processo.

A partir da leitura dos referidos artigos, é possível depreender o que seria a definição do novo filtro: “para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.”¹⁵

Para entendermos melhor a respeito das questões relevantes, Luciana de Castro Concentino¹⁶ diz:

Relevância econômica haveria em ações que discutissem o sistema financeiro de habitação ou privatização de serviços públicos essenciais, como a telefonia, o saneamento básico, a infraestrutura, etc.

Relevância política haveria quando de uma causa pudesse emergir decisão capaz de influenciar relações com Estados estrangeiros ou organismos internacionais.

Relevância social haveria numa ação em que se discutem problemas relativos à escola, à moradia, ou mesmo à legitimidade do Ministério Público para propositura de certas ações.

Relevância jurídica existiria quando estivesse em jogo o conceito ou a noção de um instituto básico em nosso direito, de molde a que aquela discussão se subsistisse, pudesse significar perigoso e relevante precedente, como por exemplo, a de direito adquirido.

Verifica-se que a introdução deste novo mecanismo de filtragem recursal foi amplamente festejada pelo Judiciário, pois os principais objetivos da repercussão geral são a restrição da interposição dos Recursos Extraordinários, almejando a diminuição do número de processos a serem submetidos ao STF e ajudar a Corte Maior na qualificação das suas decisões, aderindo ao controle difuso de constitucionalidade, um caráter abstrato.

Ocorre que o sistema recursal, anterior a Emenda Constitucional nº 45/2004, permitia que qualquer causa que houvesse uma controvérsia constitucional, que é relativamente comum, pudesse ser levada à apreciação do Supremo Tribunal

¹⁵ Parágrafo 1º do artigo 543-A

¹⁶ CONCENTINO, Luciana de Castro. A nova sistemática do recurso extraordinário, Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil – vol. 11, nº 61, set/out 2009, p. 121.

Federal, já que a nossa Constituição Federal é analítica, extensa e procura disciplinar praticamente todos os ramos do direito.

2.2.1 Da irrecorribilidade da decisão do STF que não admite o recurso extraordinário por ausência de repercussão geral

O artigo 543-A, caput, do código de processo civil dispõe que a decisão que não admite o Recurso Extraordinário, por ausência de repercussão geral, é irrecorrível. No entanto, essa disposição não impossibilita a interposição de embargos declaratórios, conforme entendimento de Leonardo Greco¹⁷, que tem o objetivo de sanar obscuridade, contradição ou omissão do julgado, mesmo que não seja para alterar a decisão, já que é importante saber com clareza qual é o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca de determinada questão.

A inadmissão do recurso extraordinário pela inexistência de repercussão geral, feita de maneira errônea, em tese, conforme entendimento de Luiz Guilherme Marioni e Daniel Mitidiero¹⁸, possibilita a interposição de mandado de segurança para o plenário do STF, com base no artigo 5º, II, da lei 1.533/51.

2.2.2 Da possibilidade de manifestação de terceiros na análise da repercussão geral

Conforme previsto no art. 543-A, 6º, do CPC vigente, por tratar-se de questões que transcendem aos interesses dos envolvidos, considerado a relevância da matéria, poderá admitir-se a manifestação de outros órgãos ou entidades; seria uma espécie de *amicus curiae* ao feito das ações de controle de constitucionalidade, nas quais é admitido que terceiro não integrante do processo, sustente determinada tese, permitindo uma maior abertura do procedimento e da interpretação constitucional do que venha ser a repercussão geral.

Essa interferência do *amicus curiae* abre um canal de diálogo entre a Corte e a sociedade, circunstância que facilita e legitima a resolução dos graves conflitos constitucionais.

¹⁷ GRECO, Leonardo. A Reforma do Poder Judiciário e o Acesso à Justiça. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, n° 27, p. 71, jun. 2005.

¹⁸ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 31.

2.2.3 Do sobrestamento

Sempre que houver multiplicidade de recursos com fundamentos em idêntica controvérsia, os tribunais de origem sobrestarão os recursos múltiplos após terem realizado a seleção e remessa ao Supremo Tribunal Federal, dos representativos dessa controvérsia; o sobrestamento ocorrerá antes mesmo da análise da repercussão geral do tema.

É o que estabelece o artigo 543-B, § 1º do Código de Processo Civil: “caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte”.

O sobrestamento constitui importante instrumento para o efeito multiplicador pretendido pela repercussão geral, pois determina a suspensão dos recursos extraordinários que tratem da mesma controvérsia com repercussão geral, para solução conforme a orientação do STF.

Esse sistema tem a necessidade de canais rápidos e seguros de comunicação entre o STF e as Cortes de origem, pois uma vez selecionado o recurso extraordinário em que será feito o exame de repercussão geral de determinado tema, e incluindo o feito no Plenário Virtual, os tribunais e turmas recursais já poderão proceder o sobrestamento dos feitos múltiplos sobre o mesmo assunto, inicialmente, até o julgamento da repercussão geral e, no caso de ser esta reconhecida, até o julgamento do mérito da questão constitucional.

Obviamente, o sobrestamento deve atingir tanto recursos extraordinários quanto os respectivos agravos de instrumento (art. 328-A, 1º, RISTF). Com efeito, se o regime da repercussão geral afeta o recurso extraordinário, que é principal, com mais razão deve afetar o agravo de instrumento, que é acessório.

2.2.4 Do exame da repercussão geral

A verificação se a controvérsia constitucional presente no recurso extraordinário tem ou não repercussão geral, é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, como preceitua o art. 543-A, § 2º, CPC, in verbis: “O

recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral.”

Cabe apenas ao Tribunal de origem, verificar se há, na petição do recurso extraordinário, alegação fundamentada da existência de repercussão geral, caso não haja a demonstração ou sequer a invocação da existência de repercussão geral, o recurso deve ser inadmitido na origem.

Logo no início, as decisões do STF sobre a existência ou não de repercussão geral ocorreram no Plenário, e logo se verificou a necessidade de criar um mecanismo para agilizar esta etapa, sem sobrecarregar ainda mais a pauta da Corte, que precisa estar direcionada, prioritariamente, para os julgamentos de mérito da repercussão geral.

Foi criado, dessa forma, o Plenário Virtual, desenvolvido pelo próprio tribunal, e que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2007, com o objetivo de concentrar as discussões sobre a presença ou não, de repercussão geral nas questões constitucionais suscitadas no recurso extraordinário.

Nesse sistema, o relator, em seu gabinete, seleciona dentre os processos a ele distribuídos, aquele que considera mais adequado à representação da controvérsia constitucional para o exame de repercussão geral, levando em consideração não apenas o teor do recurso extraordinário, mas também considerando a relevância e o aprofundamento das decisões; as discussões travadas no decorrer da tramitação, nem sempre escolhe o recurso mais completo.

Identificado o processo que terá a função de *leading case*,¹⁹ e feita a análise pelo relator, será ele registrado no sistema, com a introdução da manifestação conclusiva quanto à existência ou inexistência de questão constitucional e quanto à presença ou não de repercussão geral. O sistema imediatamente disponibiliza para os demais integrantes da Corte e para o público em geral, o que foi inserido no Plenário Virtual, passando a correr o prazo de vinte dias para a manifestação de todos os ministros, também pela via eletrônica.

Decorrido o prazo, o sistema apura o resultado do julgamento e lança-o automaticamente, ficando disponível no portal para que os tribunais e a comunidade

¹⁹ SOARES, Guido Fernando Silva em sua obra *Common Law: Introdução ao Direito dos EUA* (1ª ed., 2ª tir., RT, 1999, 40-42p.) ensina que o *leading case* é "uma decisão que tenha constituído em regra importante, em torno da qual outras gravitam" que "cria o precedente, com força obrigatória para casos futuros".

jurídica como um todo, tenham conhecimento de que houve exame de repercussão geral daquele assunto, que exige dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, para inadmitir um tema pela ausência de repercussão geral.

O uso desse sistema do Plenário Virtual tornou rápido o exame da repercussão geral, que garantiu a mais rápida atuação nos tribunais e turmas recursais de origem, para a identificação e adoção do regime de sobrestamento ou para o registro de prejudicialidade nos chamados processos múltiplos.

Além do sistema informatizado, o Plenário físico reconhece a existência de repercussão geral também por meio de questões de ordem, este procedimento visa especialmente os casos de repercussão geral presumida (art. 543-A, § 3º, CPC).

2.2.5 Possíveis críticas da repercussão geral

Com o passar do tempo e de sua reiterada aplicação, esse pressuposto de admissibilidade não ficou imune a críticas. O conceito de repercussão geral, segundo tem entendido parte ponderável da doutrina, é considerada vaga ou indeterminada. Com isso se dá uma certa margem de discricionariedade ao STF, para julgar se a questão constitucional possui repercussão geral ou não.

A idéia de discricionariedade está ligada a noção de impunidade, isto porque quando o agente administrativo exerce poder discricionário, está optando entre várias saídas e soluções possíveis.

O objeto a que se refere essa expressão, repercussão geral, não é facilmente identificável no mundo empírico, pois se está diante de uma atividade interpretativa. O fato é que cada vez mais, expressões e conceitos vagos são mais comuns no direito do mundo contemporâneo.

A esse respeito, leciona Teresa Arruda Alvim Wambier²⁰

São postos pelo legislador de propósito na Lei, pois que tem a função de driblar a complexidade do mundo atual. São, de fato, características típicas das técnicas atuais de normatização. Entende-se que leis minuciosas e numerações taxativas não são mais eficazes para cobrir a realidade que o direito precisa disciplinar.

Se houvesse discricionariedade na interpretação de um conceito vago, desse tipo de conceito que aparece hoje tão freqüentemente no direito contemporâneo, e

²⁰ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo: Nova Serie – v. 9 nº 19 jan/jun. 2007, p. 369

se a idéia de discricionariedade está funcionalmente ligada à de impunidade, a atividade do Poder Judiciário seria incontrolável pelas partes.

Porém, há doutrinadores dizendo que, na prática, haverá discricionariedade por parte do Judiciário, como leciona Leonardo de Faria Beraldo²¹: “relevância para o STF poderá ser, muitas vezes, a vontade do Poder Executivo, uma vez que os ministros desta Corte são nomeados pelo Presidente da República”.

Não se pode entender interesse público, coletivo, como interesse do Estado, pois a Carta Magna protege os interesses individuais e como um todo, o interesse geral. O que irá ocorrer é que o STF vai legislar, mas não de maneira concreta, definindo as causas que vai ou não analisar.

Além do mais, a apreciação da repercussão geral pelo STF terá que ser feita publicamente, com motivação, e suas decisões fundamentadas sob pena de nulidade, como preceitua o artigo 93, IX, da Constituição Federal/88.

Conclui-se que o Supremo Tribunal Federal não exercerá poder discricionário, e sim o de preencher um conceito indeterminado, consagrado na Constituição. Uma vez que, para decidir que a repercussão seja inadmitida é necessário a maioria absoluta do plenário, ou seja 2/3 de seus membros.

Lamenta-se que não tenha sido adotado esse mecanismo, também para a seleção dos recursos especiais destinados ao Superior Tribunal de Justiça.

²¹ BERALDO, Leonardo de Faria. A Arguição de Relevância da Questão Constitucional no Recurso Extraordinário sob o prisma da EC n° 45/2004. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. São Paulo, v. 6, n° 35, p. 149, maio/jun 2005.

CONCLUSÃO

Como todas as ciências, o direito vem evoluindo dia após dia. A evolução é a adequação de algo em seu tempo, de acordo com a necessidade de um determinado grupo de pessoas. Essa evolução da ciência jurídica traz aos nossos olhos, temas complexos como o estudado no presente trabalho.

As alterações pontuadas pela Emenda Constitucional 45/04 trouxeram novo fôlego ao Judiciário, resolvendo antigas questões e inovando o sistema jurídico brasileiro, com o intuito de tornar mais efetiva a prestação jurisdicional.

A repercussão geral serve como instrumento valorativo, filtrando as questões complexas que necessitam de um posicionamento efetivo, aquelas que versam sobre questões que atingem um maior número de pessoas.

Em que pese o posicionamento de alguns estudiosos, de que a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso fere o direito do jurisdicionado à uma prestação jurisdicional efetiva, não nos parece afigurar-se a hipótese aventada: a uma, porquanto os tribunais tem por função zelar pela obediência e respeito à Constituição Federal, podendo em qualquer das instâncias, pronunciar-se a respeito e, a duas, porque diminui o tempo entre o ajuizamento da ação e o trânsito em julgado da sentença prolatada, uma vez que inibe recursos manifestamente protelatórios.

A repercussão geral como requisito de admissibilidade tem por escopo racionalizar o acesso da via recursal extraordinária, tornando as pautas de julgamento menos numerosas, dando maior vazão à demanda jurisdicional. A restrição à admissibilidade do recurso excepcional, permite que a Corte Suprema Brasileira discuta preferencialmente as causas cujo teor alcance aspectos altamente relevantes, não só para um grupo de indivíduos, mas para a sociedade e para a nação, extrapolando assim os limites do interesses das partes.

O reconhecimento dos recursos representativos da controvérsia conduz a uma compatibilidade vertical das decisões judiciais e a uniformidade processual, bem este que deve ser buscado no Direto, racionalizando a atividade judicante, servindo como anteparo aos recursos que afrontam as orientações dos tribunais superiores.

REFERÊNCIAS

A REFORMA do Poder Judiciário, de Márcio Thomaz Bastos. Disponível no site: www.cjf.jus.br/revista/numero21/artigo14.pdf . Acesso em 08/07/2013

ABREU, Emerson Toro de. **A repercussão geral no recurso extraordinário: Emenda constitucional 45/2004**. Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, v. 18, n. 71, p. 63-84, jun. 2010. (Periódico)

ARAÚJO, José Henrique Mouta. **A Repercussão Geral e a competência recursal: riscos a serem ponderados**. Revista Dialética de Direito Processual Civil, São Paulo, SP, n. 92, p. 33-39, ano 2010.

ASSIS, A. **Prequestionamento e embargos declaratórios**. Revista Jurídica, nº 228, p. 11, 2001.

BATISTA, Liliane Maria Busato. **Necessidade de repensar a competência recursal do Supremo Tribunal Federal**. Revista Bonijuris, Curitiba, PR, v. 22, n. 560, p. 5-12, jul. 2010. (Periódico)

BERALDO, Leonardo de Faria. **A Arguição de Relevância da Questão Constitucional no Recurso Extraordinário sob o prisma da EC nº 45/2004**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. São Paulo, v. 6, nº 35, p. 149, maio/jun 2005. (Periódico)

BERMUDES, Sergio. **A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45**, Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 56.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28º ed., 1993, p. 82.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 45/2004. Disponível no site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm. Acesso em 06/07/2013

BRASIL. PROJETOS e Matérias Legislativas. Proposta de Emenda à Constituição nº 29 de 2000. Disponível no site:

www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=44577. Acesso em 08/07/2013

CONCENTINO, Luciana de Castro. **A nova sistemática do recurso Extraordinário**. Revista IOB de Direito Civil de Processual Civil, São Paulo, SP, v. 11, n. 61, set./out. 2009. (Periódico)

CRISE no poder judiciário. Diário do Comércio e Indústria. São Paulo, 05/05/2008 Disponível no site: www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2008/113/. Acesso em: 07/07/2013

FUCK, Luciano Felício. **O Supremo Tribunal Federal e a repercussão geral**. Revista de processo, v. 35, n. 181, mar. 2010, p. 9-37, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

GAIO JUNIOR, Antônio Pereira. **Considerações sobre a idéia da repercussão geral e a multiplicidade dos recursos repetitivos no STF e STJ**. Revista de Processo, São Paulo, SP, v. 34, n. 170, p. 140-155, abr. 2009. (Periódico)

GREGO FILHO, V. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002 apud CONCENTINO, Luciana de Castro. A Nova sistemática do recurso extraordinário, Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 11, nº 61 set/out 2009. São Paulo: IOB Thomson, 2009 p. 119/120.

GRECO, Leonardo. **A Reforma do Poder Judiciário e o Acesso à Justiça**. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, nº 27, p. 71, jun. 2005. (Periódico)

MACHADO, Agapito. A nova reforma do poder judiciário: EC 45/04. Revista Ciência Jurídica – v. 21, nº 138, nov/dez. 2007, p. 69-110 (Periódico).

MACHADO, Hugo de Britto, **Conhecimento do Recurso Extraordinário – Repercussão Geral das Questões Constitucionais**. Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, nº 34, p.45, jan.2006. (Periódico)

MACHADO, F. C. & MACHADO, R. B. (coord.). **A Reforma do Poder Judiciário**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006.

MANCUSO, R.C. **Recurso extraordinário e recurso especial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006 apud CONCENTINO, Luciana de Castro. A Nova sistemática do recurso extraordinário, Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil, v. 11, nº 61 set/out 2009. São Paulo: IOB Thomson, 2009 p. 120.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 31. (Periódico)

MENA, Valter Alexandre. **A reforma do poder judiciário, suas causas e as propostas para enfrentá-la**. Revista Justiça e Cidadania – nº 92, p. 36-39, março/2008 (Periódico)

MENEZES, Isabella Ferraz Bezerra. **A repercussão geral das questões constitucionais como mecanismo de contenção recursal e requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.** Revista ESMAPE, Recife, PE, v. 13, n. 28, p. 265-291, dez. 2008. (Periódico)

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 21. Ed. Atual até a EC nº 53/06. São Paulo: Atlas, 2007, p. 539

NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. **Recurso extraordinário e a emenda constitucional 45/04.** Revista Forense, Rio de Janeiro, RJ, v. 106, n. 408, p. 529-544, mar./abr. 2010. (Periódico)

PAIVA, Paulo. **A repercussão geral no pensamento do Ministro Direito.** Revista Jurídica Consulex, Brasília, DF, v. 14, n. 332, p. 16-17, nov. 2010. (Periódico)

PAULSEN, Leandro (Coordenador). **Repercussão geral no recurso extraordinário: estudos em homenagem à Ministra Ellen Gracie.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 77/107 (Livro)

RODRIGUES NETTO, Nelson. **A Aplicação da Repercussão Geral da Questão Constitucional no Recurso Extraordinário consoante a Lei nº 11.418/06.** Revista Dialética de Direito Processual (RDDP), São Paulo, nº 49, p.112, abr. 2007. (Periódico)

ROSA MARTINEZ, M.C. **Prequestionamento e embargos declaratórios.** Revista Jurídica, nº 347, p. 68, 2006.

SANTOS, Carlos Fernando Fecchio dos. **Princípio da celeridade processual.** Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, v. 98, n. 887, p. 37-56, set. 2009. (Periódico)

TAVARES, A. R. (coord); LENZA, P. (coord.); ALARCÓN, P. J. L. **Reforma do Judiciário analisada e comentada.** São Paulo; Editora Método, 2005.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Common Law: Introdução ao Direito dos EUA.** 1ª ed. São Paulo: RT, 1999 p. 40/42

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo: Nova Serie – v. 9 nº 19 jan/jun. 2007, p.369. (Periódico)